

1 ATA DA 20ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO FORUM BAIANO DE COMITÊS DE
2 BACIAS HIDROGRÁFICAS – FBCBH.

3
4 No dia 14 de Outubro de 2020, as 13:30, através da Plataforma virtual Teams,
5 devido à pandemia de Coronavírus, ocorreu à vigésima reunião Ordinária do Fórum
6 Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCBH. Estiveram presentes os
7 membros abaixo listados. Na pauta constaram os seguintes itens: **1. verificação de**
8 **quórum; 2. Abertura da sessão; 3. Leitura da ata da reunião anterior; 4. Leitura**
9 **da Ordem do Dia; 5. Parecer da comissão que foi designada para alterar o**
10 **Regimento Interno do FBCBH; 6. Prestação de contas do Procomitês (INEMA);**
11 **7. Discussão sobre participação dos CBH's nos Colegiados das microrregiões**
12 **de saneamento; 8. Discussão sobre projeto de Lei que propõe ampliação da**
13 **área de atuação da CODEVASF; 9. Leitura das comunicações e informação de**
14 **interesse do plenário; 10. Encerramento.**

15 **Anselmo Caires/ Comitê Paramirim e Santo Onofre**, iniciou a reunião
16 agradecendo a participação de todos e saudou os presentes em nome de Hugo
17 Almeida e de Marília Gonzales. Agradeceu a presença de Dr. José Olímpio da SIHS,
18 representando o Secretário Infraestrutura Hídrica/ SIHS.

19 Marília Gavazza – SECEX/SEMA informou que como o Fórum ainda não havia
20 informado a data da reunião, as atas das reuniões dos outros colegiados
21 confirmadas e com datas mais próximas foram priorizadas. Mas que na próxima
22 reunião será submetida a aprovação da plenária. Não havendo inscritos para Ordem
23 do Dia, passou-se para o 5º Ponto de Pauta - Parecer da comissão que foi designada
24 para alterar o Regimento Interno do FBCBH. **Walter Guerra/ Comitê Salitre** informou
25 que a proposição já foi apresentada, mas que até o momento não houve retorno do
26 próprio Fórum. Que é necessário colocar a minuta de alteração do Regimento
27 Interno para votação. Informou que basicamente não houve alterações significativas.
28 Entendimento que como o Fórum é Tripartite que não só o Presidente tenha direito
29 de voto na decisão do Fórum, porque hoje basicamente o regimento do FBCBH
30 remete ao presidente e entende que são três setores que funcionam dentro do
31 Comitê. Então toda a estrutura dos colegiados baianos é tripartite e que diante
32 disso não pode um segmento, apenas, decidir por todo o Comitê. **Anselmo Caires/**

33 **Comitê Paramirim e Santo Onofre** solicitou que a Minuta do Regimento Interno
34 fosse enviada para todos os membros do FCBH com o prazo de 05 (cinco) dias
35 úteis para maiores contribuições ou não, para em seguida ser colocado em votação,
36 o que foi acatado pela Plenária. Passando apara o **6º Ponto de Pauta**, Prestação
37 de contas do Procomitês (INEMA), **Silvio Santos/ Comitê Paraguaçu**, fez
38 apresentação referente ao Programa Nacional de Fortalecimento dos Comitês de
39 Bacias Hidrográfica e fez avaliação do cumprimento de metas, certificação, síntese
40 Final dos CBH's e recursos financeiros. **Evilásio Fraga/Comitê do Paraguaçu**,
41 solicitou esclarecimento em relação ao número de participantes mínimo para a
42 reunião acontecer. Disse que no regimento interno do Comitê do Paraguaçu consta
43 que para que haja quórum na 1ª Chamada é 50% + 1, e na 2ª Chamada com os que
44 estão presentes. Entende e pede que os demais reflitam que a ANA não tem a
45 atribuição de definir o quórum mínimo para reunião acontecer, que a ANA não tem o
46 poder de autonomia nos Comitês. **Gustavo Negreiros/ Comitê Itapicuru**,
47 agradeceu a apresentação de Silvio e disse ter sido muito importante para os
48 Comitês conhecerem melhor o que esta sendo falado sobre os próprios Comitês,
49 lembrou que muitas vezes não se tem nem tempo para entender o que significa
50 cada campo da planilha. Ressaltou como é tão importante para um lado ter essa
51 planilha, que enxerga a necessidade de um apoio maior para esse trabalho
52 voluntário que eles desenvolvem para que não sejam penalizados quando do
53 recebimento de recursos porque não conseguiram preencher uma planilha. **Evilásio**
54 **Fraga/Comitê do Paraguaçu** colocou como a ANA vem avaliando cada ponto
55 desse. Solicitou mais apoio e informação para responder as planilhas. **Rita Braga/**
56 **Comitê Rio de Contas**, agradeceu a apresentação realizada por Silvio que foi
57 esclarecedora. Disse ter participado de uma reunião do Fórum Nacional, não quis
58 dizer que é o INEMA ou o Estado que não esta utilizando o recurso, mas que ela
59 sente uma dificuldade e para ela os recursos ainda não são acessíveis para os
60 Comitês. Ressaltou que não tinha a informação de que os membros novos tem até
61 120 dias para se capacitarem. Lembrou que todo membro novo passa pelo INEMA,
62 até mesmo porque existe a parte burocrática da publicação da Portaria. Disse que o
63 Comitê não faz essa capacitação e solicitou uma melhor comunicação com o
64 INEMA. Reforço que o Comitê do Paraguaçu cumpriu com o seu Regimento. **Silvio**

65 **Santos/ Comitê Paraguaçu** informou que o programa foi idealizado pela ANA, que
66 é a proponente e os Comitês aceitaram e o Estado assinou o contrato se
67 responsabilizando cumprir o que está estabelecido. Disse que é questão de honra
68 entender como funciona o Procomitês, que há dois anos faz as planilhas e a cada
69 ano que preenche aprende um pouco, mas que esse aprendizado tem sido por
70 tentativa e erro porque as regras não são claras e acha necessário formalizar todas
71 as dúvidas junto a ANA. **Marcos Bernardes/ CBH FRABS** parabenizou a
72 apresentação e disse concordar com a proposta de Silvio que tem como objetivo
73 saber qualquer tipo de indicador para política pública, precisamos entender como é
74 calculado, tal indicador precisa ser compreensivo para as pessoas e precisa ser
75 replicável. Não é aceitável que um indicador de política pública seja uma caixa preta.
76 Disse que também cabe entender o que cabe a cada ente. Sugeriu que as
77 captações ocorressem com certa periodicidade e que o INEMA fizesse esse
78 controle. **Hugo Almeida/ FUNASA** disse ter ficado com dúvida, qual critério a ANA
79 utilizou para o quesito mínimo quórum. Outra coisa é se a ANA não tem definido um
80 valor mínimo, disse sempre ver alguém falando dessa falta de estrutura e o quanto
81 se tem disponível. **Ana Odália/ Comitê PIJ**, ressaltou da dificuldade de acessar os
82 recursos, só que existe uma tramitação legal para se adquirir o necessário e disse
83 pensar que a velocidade dessas solicitações, bem como documentações que são
84 exigidas são muito devagar. Exemplificou com demandas que foram feitas em 2018
85 e não obtiveram resultados e na avaliação da ANA um critério com cumprimento de
86 metas e isso não é alcançado porque o Comitês não conseguem acesso. Não é que
87 seja demorado, na verdade não existe a estrutura. Reforçou da capacitação para os
88 novos membros. **Manoel Ailton/ Comitê Salitre**, disse que gostaria de falar de
89 algumas questões mais específicas do Procomitês, mas que algumas pessoas já
90 colocaram. Das questões mais amplas enxerga que o Procomitês foi pensado para
91 contribuir com os Comitês de Bacias e o que temos visto é que estão contribuindo
92 mais com o INEMA ,nas ações que já tinha responsabilidade de fazer, como por
93 exemplo, das capacitações usando recurso do próprio Estado passou a usar recurso
94 do próprio Comitê. Em relação as reuniões do Encontro Nacional, também foi
95 utilizado recurso do Comitê e não do Estado e, ainda, não disponibilizou a
96 participação da sociedade civil no referido encontro. Então, o Estado não está se

97 preocupando com o melhor funcionamento do Comitê. Também acho que as duas
98 pessoas escolhidas para estarem a frente deveriam pontuar as dificuldades. **Silvio**
99 **Santos/ Comitê Paraguaçu** voltou a fazer uso da palavra e disse que em relação
100 aos novos membros, ele reforça que estão aprendendo por tentativas, erros e
101 acertos. Sugeriu que assim que for informado um membro novo, que também já seja
102 solicitada a capacitação daquele membro. Assim, a responsabilidade é passada
103 para quem é de direito. Em relação a apresentação, informou que iria encaminhar
104 para SECEX para que aquela secretaria envie para todos os membros. Sobre a
105 avaliação do cumprimento de metas disse que o Termo de Referência é considerado
106 como instrumento e pontuação e que só colocou os Comitês que tem os Planos e
107 Termos de Referências. Disse que a ANA considera quórum mínimo o estabelecido
108 no Regimento. Informou que o Contrato 079/2017 tem vigência até 30 de setembro
109 de 2023 e que a forma de disponibilização dos recursos é a que está em
110 andamento. No primeiro ano R\$ 500.000,00 (quinhentos mil) e os anos
111 subsequentes, através do cumprimento de Metas e Indicadores que foram indicados
112 em 2017. Reforçou que enquanto a ANA não muda o quórum mínimo que os
113 membros deveram se esforçar ainda mais para participarem das reuniões evitando
114 assim que elas não deixem de acontecer em função da ausência de quórum.
115 Lembrou que os recursos também podem ser utilizados para o CONERH e que teria
116 que ver como, caso concordem. Disse que o INEMA utilizou os recursos porque
117 estava previsto no contrato que os recursos oriundos da ANA era para uso com os
118 Comitês. Passou-se para o 8º Ponto de Pauta - **José Olímpio/ SIHS** fez uso da
119 palavra falando inicialmente sobre projeto de Lei que propõe ampliação da área de
120 atuação da CODEVASF. Disse que foi criada em 1974, através da Lei nº 6088, e
121 desde a Constituinte de 47 sempre esteve voltada para atuar dentro da Bacia do
122 São Francisco incluindo dentro do programa do governo federal com recursos que
123 vinha 1% de toda a receita do nacional para a Bacia do São Francisco. O Rio São
124 Francisco é um Rio que tem sua importância no País, é um rio de integração
125 nacional. Informou que recentemente foi sancionada a Lei nº 6.088, de 16 de julho
126 de 1974, para incluir as bacias hidrográficas dos rios Araguari (AP), Araguari (MG),
127 Jequitinhonha, Mucuri e Pardo e as demais bacias hidrográficas e litorâneas dos
128 Estados do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, da Paraíba, de Pernambuco, do

129 Piauí e do Rio Grande do Norte na área de atuação da Companhia de
130 Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), alterando então a Lei
131 6088, da criação da CODEVASF. Também informou que por Lei a CODEVASF terá
132 sede e foro no Distrito Federal e atuação nas bacias hidrográficas dos rios São
133 Francisco, Parnaíba, Itapecuru, Mearim, Vaza-Barris, Paraíba, Mundaú, Jequiá,
134 Tocantins, Munim, Gurupi, Turiaçu, Pericumã, Una, Real, Itapicuru, Paraguaçu,
135 Araguari (AP), Araguari (MG), Jequitinhonha, Mucuri e Pardo, nos Estados de
136 Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, de Mato Grosso,
137 de Minas Gerais, do Pará, de Pernambuco, do Piauí, de Sergipe e do Tocantins e no
138 Distrito Federal, bem como nas demais bacias hidrográficas e litorâneas dos
139 Estados de Alagoas, do Amapá, da Bahia, do Ceará, de Goiás, do Maranhão, da
140 Paraíba, de Pernambuco, do Piauí, do Rio Grande do Norte e de Sergipe, e poderá,
141 se houver prévia dotação orçamentária, instalar e manter no País órgãos e setores
142 de operação e representação. Ele acredita que pela CODEVASF ter tido uma
143 atuação muito forte no que se refere, principalmente, a execução de emendas
144 parlamentares, na Bahia, no Piauí, Maranhão e Ceará. Acredita que esse quadro de
145 fazer com que o órgão fosse um grande executor de emendas parlamentares partiu
146 dentro do Congresso Nacional Palácio do Planalto esse interesse de expansão da
147 atividade da CODEVASF nos outros Estados. No seu modo de ver estão pregando
148 menos Brasília e mais Brasil, ele acha que há necessidade de fortalecer as unidades
149 da Federação e que até alguns rios contidos dentro do Estado, que sejam apenas
150 interesse daquele estado, seja administrativamente feito pelo Estado com apoio do
151 governo nacional. Disse que basicamente todos os Estados foram beneficiados com
152 esta expansão. Retornou ao 7º ponto de pauta referente a discussão sobre
153 participação dos CBH's nos Colegiados das microrregiões de saneamento, **José**
154 **Olímpio/SIHS (convidado)** disse que a Bahia se antecipou quando começaram as
155 discussões sobre marco regulatório, que foi definido por regularização, ainda, não
156 sancionado, e definiu com base no seu planejamento, utilizando o Programa
157 referente as Bacias Hidrográficas. Constituiu 19 Microrregiões de Saneamento
158 (Algodão, Bacia Paramirim, Bacia do Rio Grande, Bacia do Velho Chico, Chapada
159 Diamantina, Extremo Sul, Irecê, Litoral Norte e Agreste, Litoral Sul e Baixo Sul,
160 Médio Sudoeste da Bahia, Piemonte do Paraguaçu, Piemonte Diamantina, Portal do

161 Sertão, Recôncavo, São Francisco Norte, Semiárido do Nordeste, Sisal Jacuípe,
162 Terra do Sol, Vitória da Conquista, e mais dois entes metropolitanos (Salvador e de
163 Feira de Santana). Informou que 05 (cinco) microrregiões já foram implantadas e
164 que são elas: Bacia do Rio Grande; Extremo Sul; Litoral Sul e Baixo Sul; Médio
165 Sudoeste da Bahia; Portal do Sertão; Terra do Sol . Essas microrregiões foram
166 pensadas porque nós sabemos que muito do sistemas de abastecimento de água é
167 regional e esta se planejando outro para atender cada região. A ideia é exatamente
168 para integração do sistema, considerando que as obras não atendem o município,
169 mas sim toda a região daquele município. **Sergio Bastos/ Comitê Recôncavo**
170 **Norte, Inhambupe** – pergunta se quando se diz que as 05 Microrregiões foram
171 criadas o que isso significa? A segunda pergunta quais critérios foram levados em
172 conta para definir as regiões? Diferentemente do que é feito hoje, se houver adesão
173 por aquela determinada microrregião a questão da viabilidade foi levada em conta?
174 É possível ter uma tarifa de prestação de serviços de saneamento? Então, a
175 viabilidade será levada em consideração por ser importante para prestação de
176 serviço numa escala do saneamento. **José Olímpio/SIHS (convidado)** – afirmou
177 que as microrregiões buscam a integração dos sistemas e que é uma pena não
178 estarem trabalhando para elaboração no Plano Estadual de Segurança Hídrica.
179 Disse entender que é preciso verificar o problema da viabilidade da segurança
180 hídrica de determinadas regiões e buscar atender aos municípios que estão com
181 mais dificuldade. **Almacks Silva – convidado** disse que se preocupa porque um
182 governo que se diz democrático não discutiu com os Comitês, desprezando a Lei
183 9.433 e a Lei Baiana que estabelece a Bacia como Unidade Territorial. Isso
184 enfraqueceu demais os Comitês de Bacia. Mesmo a Bahia se antecipando criando
185 as 19 Microrregiões de Saneamento, esqueceu que no Art. 1º, inciso V, da Lei 9.433
186 de 08 de Janeiro de 1997, fica estabelecido: V – a bacia hidrográfica é a unidade
187 territorial para implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a
188 atuação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. **José**
189 **Olímpio/ SIHS (convidado)**, informou que foram instaladas 06 microrregiões e isso
190 quer dizer que já estão em pleno vigor para começar a trabalhar em termos de
191 planejamento, por exemplo, todo município tem que fazer seu plano de saneamento
192 básico, hoje com as microrregiões e o marco regulatório é possível fazer o

193 planejamento nas microrregiões o que estaria mais integrado no processo. Então
194 foram criadas, mas não significa que foram instaladas. Os critérios definidos foram
195 os que coloquei no início. Você tem os Territórios de Identidade que foram levados
196 em consideração, também o Planejamento de Gestão das Águas, bem como os
197 Comitês de Bacias. Também a Agência Reguladora de Saneamento Básico do
198 Estado da Bahia - AGERSA. E a própria a Empresa Baiana de Águas e Saneamento
199 – EMBASA. **Marcos Bernardes/Comitê FRABS** acha importante a integração entre
200 SEMA e SIHS, além da SEDUR para que se consiga abranger o saneamento de
201 forma mais ampla, também para entender que é parte do ambiente e das
202 necessidades humanas. É necessário entender o contexto da integração dessa
203 política. **Gustavo Hees/ Comitê Itapicuru** acrescentou que dentro do conceito da
204 segurança hídrica das nações unidas, a gestão integrada é necessariamente
205 participativa, então a Bacia Hidrográfica com representantes dos Comitês
206 reconhecida é fundamental. Disse ficar triste quando o Estado não integra os
207 recursos hídricos. Importante discutir a participação dos Comitês de Bacias.

208 **Evilásio Fraga/Comitê do Paraguaçu** – disse que acredita que o assunto de
209 saneamento esta sendo tratado e acha que o tema barragem deve ser tratado e que
210 irá dar uma estudada no relatório de segurança de barragem. Passou-se, então,
211 para o **9º Ponto de Pauta - Leitura das comunicações e informação de interesse**
212 **do plenário**; **Ana Odália/Comitê PIJ** falou em relação as Câmaras Técnicas que
213 esta tentando organizar a Câmara Técnica de Educação Ambiental e Mobilidade
214 Social do CONERH. A proposta é no sentido de ampliar a discussão de Educação
215 Ambiental junto aos Comitês. **10º Ponto de Pauta - Encerramento.** Anselmo
216 Caíres/ CBH PASO pontuou que a reunião foi proveitosa e foi a primeira reunião
217 virtual do FBCBH. A reunião foi encerrada e esta ata será assinada por todos os
218 membros presentes.

219
220 **Membros Presentes:**
221 Comitê Rio de Contas: Rita de Cássia Silva Braga
222 Comitê Rio de Contas: Jeferson Andrade da Silva
223 Comitê Grande: Saul de Souza Cavalcanti Reis
224 Comitê Recôncavo Norte, Inhambupe: Sérgio de Almeida Bastos

- 225 Comitê Paraguaçu: Silvio de Sousa Santos
- 226 Comitê do Paraguaçu: Evilásio Fraga
- 227 Comitê Salitre: Manoel Ailton Rodrigues de Carvalho
- 228 Comitê Salitre: Walter Guerra da Silva Filho
- 229 Comitê do Leste: Anderson Alves dos Santos
- 230 Comitê do Recôncavo Sul: Armando Santos N. Filho
- 231 Comitê do Recôncavo Sul: Renato Cunha
- 232 Comitê do Recôncavo Sul: Deraldo Guimarães Neto
- 233 Comitê PIJ: Ana Odália Vieira Sena
- 234 Comitê FRABS: Marcos Eduardo Cordeiro Bernardes
- 235 Comitê Itapicuru: Gustavo Hees de Negreiros
- 236 Comitê Itapicuru: Ronald Miranda de Carvalho
- 237 Comitê Paramirim e Santo Onofre: Anselmo Barbosa Caires
- 238 Comitê Paramirim e Santo Onofre: Hugo Almeida
- 239